

COMUNICAÇÃO E CIRCULAÇÃO ENTRE A IDADE MÉDIA E A MODERNIDADE: DEBATES, RECONFIGURAÇÕES E ANÁLISES SOBRE UMA TEMPORALIDADE EM CRISE (SÉCS XII-XVII)

“Cantam nautas, choram flautas”: uma proposta de leitura da *Epanaphora Tragica Segunda*, de D. Francisco Manuel de Melo (1660)¹

“Sailors singing, flutes wailing”: A perusal proposal of the *Epanaphora Tragica Segunda*, by D. Francisco Manuel de Melo (1660)

Kleber Clementino

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

RESUMO: O presente artigo propõe uma leitura da *Epanaphora Tragica Segunda*, de D. Francisco Manuel de Melo, à luz do contexto de escrita e publicação da relação, de 1657 a 1660. Seu argumento central defende que, sob a camada de uma narrativa do naufrágio da Armada portuguesa em 1626-1627, Melo mobiliza o fato histórico e a figura de seu protagonista, D. Manoel de Meneses, para comentar a situação do Portugal dos anos iniciais do reinado de D. Afonso VI, ainda sob a regência de D. Luísa de Gusmão. Época, certamente, atribulada no reino português, ameaçado inclusive do fim de sua independência. Dialogando com historiadores como Prestage, Oliveira, Amado, Fraga e outros, o autor propõe que Melo, nas entrelinhas da *Tragica*, metaforiza o episódio, generalizando-o para extrair dele lições úteis a seu tempo e ao futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita da História, Império Português, Naufrágio de 1627, D. Francisco Manuel de Melo, D. Manoel de Meneses.

ABSTRACT: This article proposes a perusal of the *Epanaphora Tragica Segunda*, by D. Francisco Manuel de Melo, in the light of the context of its writing and publication, from 1657 to 1660. Its central argument affirms that, under the layer of a narrative of the sinking of the Portuguese Armada in 1626-1627, Melo mobilizes the historical fact and its protagonist, D. Manoel de Meneses, to comment about Portugal in the early years of the reign of D. Afonso VI, still under the regency of D. Luísa de Gusmão. It was certainly a troubled time in the Portuguese kingdom, even threatened with the end of its independence. Dialoguing with historians such as

*E-mail: kleber.clementino@ufrpe.br
<https://orcid.org/0000-0001-7972-0008>

Prestage, Oliveira, Amado, Fraga and others, the author proposes that Melo, between the lines of the Tragica, metaphorizes the episode, generalizing it to extract useful lessons from it for his time and the future.

KEYWORDS: Writing of History, Portuguese Empire. 1627 Shipwreck, D. Francisco Manuel de Melo, D. Manoel de Meneses

Cantam nautas, choram flautas

Pelo mar e, pelo mar,

Uma sereia a cantar

Vela o Destino dos nautas.

[...]

Que é que ela diz?! Será uma

História de amor feliz?

Não! O que a sereia diz

Não é história nenhuma.

É como um réquiem profundo

De tristíssimos bemóis...

Sua voz é igual à voz

Das dores todas do mundo.

[...]

"Numa redoma ilusória

Cercou-te a glória falaz,

Mas nunca mais, nunca mais

Há de cercar-te essa glória!"

Augusto dos Anjos, "Barcarola".

1. Naufrágio como memória

Inverno. Alto mar. Tempestade.

Dias baços. Está sempre frio. No céu, vagos contornos do sol, oculto atrás de nuvens de chumbo cuspidas chuvas sobre a massa líquida inquieta. Aqui e ali, trovões assustadores.

A tormenta não é constante. Por vezes se abranda e o ar desanuvia-se. Nesses intervalos, os homens sujos e farroupilhas da frota que singra aquelas águas respiram, arriscam sorrir, sentindo um alívio desconfiado. Talvez a agonia acabara. Talvez escapassem com vida.

Do nada a chuva regressa, o tufão reanima-se, silva, perturba a atmosfera. A superfície marinha espuma, convulsionada. O alívio anterior se dissolve perante uma natureza que parece brincar

sinistramente. As nuvens se adensam, as ondas atingem as naves com renovado ímpeto e elas cambaleiam. Aos olhos de todos se manifesta “tão esquisito furor” que, lembrará uma testemunha, marujos experientes “na proluxa navegação do Oriente e Ocidente, em que nossos portugueses dão quase inteiro abraço ao mundo”, jamais haviam conhecido igual. O general da frota, com perto de cinquenta anos de experiência náutica, confessará que aquele vento oeste era “da mais excessiva força que vi em minha vida”.

Sim, uma frota se atrevia naquelas latitudes. Eram as naus que, desde meados de 1626, voltavam da Ásia pela rota do Cabo. Nos dias finais de dezembro, a elas se juntara pequena escolta de seis navios, sob o comando de D. Manoel de Meneses, o general acima referido. Suas ordens eram acompanhar o comboio a Lisboa, protegendo-o de incursões de piratas.² No entanto, o vendaval bufava tão adverso que, em vez de se reunirem na costa lusa, como previsto, as embarcações desencontraram-se. Só puderam agrupar-se nas baías de La Coruña, na Espanha, mais de 600 quilômetros ao norte.

Uma das testemunhas citadas é o próprio general, que publicaria, no ano seguinte, um relatório dos sucessos (Meneses, 1627, p. 9). Meneses era militar respeitado, comandante da armada portuguesa que, ao lado da castelhana, livrara a Bahia dos neerlandeses em 1625, além de cronista-mor e cosmógrafo-mor de Portugal. A outra testemunha era, na época, rapaz de 18 anos, o mais tarde famoso militar e escritor Francisco Manuel de Melo (Melo, 1660, p. 234-235), autor de obras que passariam a fazer parte do cânone político, histórico e literário lusitano do Seiscentos. Em 1625, o moço alistara-se nos exércitos do rei Filipe IV da Espanha (1621-1665) e III de Portugal (1621-1640). Um ano depois, servia na nau capitânia, sob D. Manoel. Sua “história de um sucesso lamentável”, narrando a agonia, seria escrita 30 anos mais tarde, em 1657, e publicada em 1660.³

Apesar de tantas décadas interpostas, assegura Melo, “me está a memória com tanta viveza, representando aqueles trabalhos passados, como se realmente agora me vira entre eles”. Seu relato é, com efeito, vívido e brutal. O assunto trágico harmonizava-se com sua vida atormentada: no cárcere desde 1644, acusado de ser mandante de um homicídio, em 1657 estava degredado no Brasil havia dois anos. “Que quereis que cuide um afligido, senão aflições?” (Melo, 1660, p. 153-156). Falar de tempestades era falar de si.

Acharam-se, pois, o noviço e o velho general desafortunadamente capturados pela procela, na costa norte da Espanha, naqueles fins de 1626. Do Natal até as primeiras semanas de 1627, oprimidas pela borrasca, impedidas pelas monções de rumar para Portugal, as gigantescas naus foram soçobrando, uma a uma, em despedaçamentos medonhos. Faltam cifras exatas, mas milhares de pessoas pereceram. D. Francisco, em seu depoimento, destaca o destino de algumas embarcações. A Almiranta da Índia cedo afundou “com quase toda a gente”; do naufrágio da urca Santa Isabel “com poucos companheiros se salvou o capitão Cristóvão Cabral”; do galeão São José “não escapou outra alguma pessoa, de nome, que Dom Francisco de Menezes”. Um ou outro marinheiro conseguia reunir forças, nadar até a costa e salvar-se; a maioria, ou era tragada pela violência das águas, ou ferida pelas pedras e pelos destroços pontiagudos nos navios, que os rasgavam. A morte espalhava-se pela extensão do Golfo de Biscaia. “Todos os mais dignos de melhor fim”, diz D. Francisco, “ficaram entre as ondas” (Melo, 1660, p. 243-245).

A capitânia resistiu mais. Os relatos deixam imaginar a tensão angustiante, em meio aos “perpétuos rogos, e lágrimas ao céu, em que todas as horas se ocupavam os navegantes”. Sacudido por repetidas rajadas, o navio adernava, ameaçava emborcar. Vez ou outra, uma corrente vigorosa impulsionava o fundo, suspendendo o enorme casco. Por um segundo, pairando quase acima da linha d’água, era como se a nave seiscentista iniciasse não sei que inesperada decolagem. Um instante depois o voo interrompia-se e a embarcação, inerte, despencava, abalroando a superfície marinha, afundando metade ou mais do costado, espirrando espuma ao redor e longe. Mal a tripulação se recompunha, mais balanços e, daqui

a pouco, novo arremesso. Os marinheiros, atirados para todas as direções, caíam, machucavam-se. No vaivém debilitante, a capitânia outrora robusta desconjuntava-se, seus mastros afrouxavam, o cordame e as enxárcias se rompiam, tábuas estalavam e se despregavam, abrindo brechas através das quais a água inundava os porões (Melo, 1660, p. 238-242).

Uma madrugada, estrondos: nuvens disparavam saraivadas de raios. Um atinge em cheio o mastro, com a potência de um tiro de canhão, rachando-o de cima a baixo, chamuscando o velame, queimando os couros de mais de dez marujos. Suas labaredas, estranhara D. Manoel, fediam a enxofre (Meneses, 1627, p. 5-8v). Dia e noite, impelidos pela ventania, longos braços de água de repente se erguiam do mar, atacavam a capitânia por sobre o bordo e, como o monstro de tocaia, agarravam o marinheiro exausto e o arrastavam, aos gritos, para as profundezas. "E estes", nota D. Francisco, "eram de outros julgados, por mais ditosos que os que ficavam dentro". Tão perturbador era o espetáculo do mar bravio, e tão indefesos os homens, que a chegada da noite era acolhida como menos dolorosa, "porque se dissimulava, entre as sombras da escuridão, aquele horror, a que a luz do dia dava maior fealdade" (Melo, 1660, p. 242-246).

Por volta de 11 de janeiro, só a capitânia resistia. O galeão Santiago foi o único que não submergiu, soube-se depois, salvando-se na Biscaia. A nau de D. Manoel chegou a iniciar operação de desembarque, com socorro prestado pela população de Saint Jean de Luz, na França. No entanto, mal começara o salvamento, a brabeza marinha recrudescera, levando a pique a capitânia e cerca de trezentos que não tiveram ocasião de deixá-la (Meneses, 1627, p. 11v).

D. Francisco recriará, em sua *Epanaphora Tragica Segunda*, ou *Naufragio da Armada Portuguesa em França, Anno 1627*, a cadeia de erros que provocaria a destruição daquela esquadra, detalhando o trauma de quem sobreviveu à experiência. Amplia a relação publicada por Meneses, em 1627. Não me ocuparei de recontá-lo aqui; este não é propriamente um trabalho sobre o naufrágio, mas sobre sua representação.⁴ Interessa-me atentar para a imagem que D. Francisco oferece da calamidade e de D. Manoel, diferente, sob certos aspectos, daquela que o próprio general legaria de si.

Consideremos, neste ponto de partida, a cena mais curiosa de toda a narrativa da *Epanaphora Tragica*. Prisioneiro desse temporal, a se prolongar por semanas, a morte a acenar no horizonte, recorda D. Francisco que D. Manoel uma hora quis envergar sua melhor roupa; mandou que o jovem o imitasse e sacou alguns papéis.

Lá fora, a mortandade prosseguia.

De vez em quando, "por todas as horas desta tremenda noite", um tripulante em desespero se arrojava ao mar, acreditando poder alcançar a praia a nado. Saltava no escuro, à vista dos companheiros atônitos. Estes, sem poder descobrir que fim tivera a tentativa e percebendo a situação terminal da capitânia, instigavam-se. Os mais atrevidos, depois de hesitar, lançavam-se sobre a amurada e despenavam também na treva. Nenhum sobreviveu.

Em seu gabinete, contudo, mostrava-se tranquilo o general. Explicou a D. Francisco, que tinha em mãos um soneto de Lope de Vega, recebido do próprio poeta em Madri, e, ignorando a procela, passou a estudar o poema, "como se fora examinado em uma serena academia". Melo rememora a inusitada aula entre o pasmo e a admiração: "Por razão de certo verso, que parecia ocioso naquele breve poema, discorreu, ensinando-me o que era: pleonasma, e aciologia, e no que diferiam; com tal sossego, e magistério, que sempre me ficou viva a lembrança de aquela ação, como coisa muito notável" (Melo, 1660, p. 253-254).

O aprendiz, pela duração da lição, se esqueceu da tragédia em curso; era "tudo explicado com tão boa sombra, que influiu em mim grande descuido do risco". E já então intuiu que aquela "tão estranha prática" do mestre o marcaria por toda a vida.

Intriga-me a passagem, delineada em meio a cenário tão funesto, posta ao papel 30 anos mais tarde. Ela não consta do relato de D. Manoel. Minha hipótese é que a escolha de Melo, no contexto do fim dos 1650s, quando a *Epanaphora Tragica* é composta e publicada, veicula uma advertência para seus contemporâneos, que, a seu turno, viviam período tempestuoso.

O “professor” Meneses, decalcado nesta tertúlia poética, é o mesmo comandante estoico da armada: severo no controle de si e de seu ofício, reto soldado, obediente ao rei e seus ministros. Segundo os relatos disponíveis, anteviu que a navegação ali seria desastrosa, alertou-o ao rei antes de fazer à vela, porém a ganância das autoridades à espera das riquezas da Índia e a insensatez dos subordinados, que zarparam contra suas ordens, poriam tudo a perder. O mestre, com os versos nas mãos, é o homem que perdeu tudo por conta da loucura alheia – exceto a si mesmo. Sua fortitude, bem como a decisão de retratá-la no clímax da história, vão além do depoimento, adentram o território do simbólico. Farejo uma metáfora aqui. A representação do naufrágio de 1627 enuncia um conto moral, parábola a orientar épocas de tribulação.

2. D. Francisco escrevendo história

Por que D. Francisco Manuel de Melo – *poète maudit*, criminoso condenado, letrado célebre⁵ – oferece aos compatriotas este retrato e este ensino? O que ele significa? Homenagem pessoal ao esquecido mestre, mediante um exercício memorial? Haveria objetivos políticos na publicação da aventura? Ou cultivava objetivos estritamente históricos? Proponho uma investigação, a partir dessas perguntas, de como os eventos de 1626-1627 foram revisitados em 1657-1660. É um inquérito sobre a mobilização da memória e de sua relação com a escrita da história na época moderna, a partir da tragédia biscainha.

D. Francisco reconhece, ao abrir a *Epanaphora Tragica Segunda*: a matéria não era inédita. Em um curioso “estado da arte”, lista os panfletos e livros que, após a calamidade, a haviam tematizado (Melo, 1660, p. 157-160). Já vimos, o próprio D. Manoel, “herói juntamente, e cronista deste sucesso”, o relatara em 1627. Fizera-o quando em Madri, com a finalidade de “referi-lo aos ministros, diante de quem se justificava”, depois que, com uns poucos homens, fora resgatado nas areias de Saint Jean de Luz. Fê-lo em espanhol, intitulado-o *Relacion de la perdida de la armada de Portugal del año 1626* (Meneses, 1627).

Além deste depoimento, autores como Cespedes y Meneses, Conestaggio e outros coetâneos mencionaram o naufrágio em obras veiculadas nos anos imediatos. O próprio D. Francisco compusera não uma relação, mas um imaginativo poema fúnebre em homenagem a D. Manoel, falecido em 1628, no qual o “soldado y caudillo”, à boca do Tejo, “se finge como un pescador derrotado por la fuerza de la tempestad” (Melo, 1648).⁶ O incidente e seu protagonista foram claramente tidos por dignos de memória, por parte das autoridades políticas e da elite cultural de fins dos 1620s.

Passados 30 anos, o caso caíra em esquecimento. As obras que historiavam o naufrágio, para D. Francisco, não lhe dedicavam o tratamento retórico e historiográfico apropriado. Esta era, aliás, a senha geral das suas *Epanaphoras*, a saber, visitar episódios históricos, uns conhecidos, outros nem tanto, reelaborando-os nos termos da sua voz peculiar e das concepções históricas “modernas” que introduzia em Portugal (Amado, 1993; Oliveira, 2009). Na *Epanaphora Política Primeira*, ou *Alterações de Evora, anno 1637*, anunciava divulgar “o que calaram todos”, cabendo-lhe “a glória de haver roubado estas lembranças das mãos ao esquecimento”. Na *Epanaphora Tragica Segunda*, julgava que o desastre marítimo não alcançara suficiente retumbância para se converter em fato insigne, como merecia. Mesmo argumento que mobilizará na *Epanaphora Triunfante Quinta*, a respeito da Guerra Holandesa e da Insurreição Pernambucana, acerca da qual “não houve até agora, quem por nossa parte, *em forma decente*, publicasse um só volume” (Melo, 1660, p. 4-5, 482, grifo meu).

A “forma decente” – que estaria ausente de livros como os de Conestaggio ou frei Manuel Calado, precursores seus nas temáticas das *Epanaphoras Segunda e Quinta*, respectivamente – alude a um trabalho intelectual escrupuloso. Melo exige a rememoração racional do vivido (Ricoeur, 2007, p. 23-26), reconstruído à luz dos preceitos históricos e retóricos de Tácito e de seus estudiosos do Seiscentos, em que vigoram tanto o compromisso com a verossimilhança quanto o caráter moralizante da apresentação dos feitos passados. Tem sido notado pelos estudiosos da obra meliana, como Oliveira e Amado, sua preferência pelos fatos recentes, sobre os quais seria possível exercer um maior “controle de veracidade”, com menor dependência de fontes escritas e relatos de segunda mão, em favor do testemunho direto, julgado mais confiável. Daí seu projeto historiográfico, concentrado na luta contra a indiferença e o esquecimento, restringir-se majoritariamente ao seu próprio século XVII, ao seu tempo vivido, muitas vezes ao que ele pôde presenciar.

A *Tragica* é um discurso memorial – gênero de escrita da história que aguarda por ser ainda mais bem estudado –, exercício retórico em que memória e escrita da história confluem. Melo, embora ocasionalmente incursione sobre episódios mais recuados, está em seu *habitat* ao historiar acontecimentos das últimas décadas (Oliveira, 2009, p. 21). Esta “história contemporânea”, de que os leitores muitas vezes podiam se recordar, ganhara força peculiar no Seiscentos, quando a instituição de um “noticiário” se consolidava na Península Ibérica e a sucessão dos eventos adquiria intensa visibilidade em folhetos, encartes e opúsculos de toda sorte (Megiani, 2019). Embora a “boa memória” enquanto instrumento cognitivo individual perdesse, então, a relevância que tivera na Antiguidade e na Idade Média (Le Goff, 2003, p. 451-461), a função social da memória seguia caminho oposto, com sua preservação, via escrita da história, associada aos preceitos de prudência e bom governo.⁷

O passado deveria ser seguidamente revisitado. Para o enfrentamento dos dilemas do presente, as aprendizagens extraíveis do estudo histórico constituem manancial inesgotável. Não é porque um evento já foi deitado ao papel que, decerto, passará a compor o repertório da memória viva e referencial de uma comunidade. O ato escriturante, em si, não basta. O tópico da “frágil memória”, tão recorrente naquela centúria em que a nobreza portuguesa sentia distanciar-se seu apoteótico passado quinhentista, é central em D. Francisco. As *Epanaphoras* atuariam como correção ou exercício de preenchimento das lacunas mnemônicas da pátria.

Portugal seria peculiarmente esquecido quanto à preservação de seu passado e mobilização de suas potencialidades simbólicas e pedagógicas, na contramão das outras potências europeias, cujos eruditos seriam zelosos custódios dos fatos. Enraizar a memória coletiva ultrapassaria os meros atos da escrita e da publicação, dependendo das excelências do texto dado à luz e, mesmo, do periódico regresso retórico a um passado sempre morredouro (Oliveira, 2009; Amado, 1993).

Décadas depois, o número de sobreviventes da catástrofe de 1626-1627 escasseava: “dos poucos que deste naufrágio escaparam vivos, são hoje mortos, quase todos”. Fenecendo aqueles, o tempo ameaçava destruir sua história, sem que os “nossos autores” despertassem para seu dever memorialístico. Melo guardava sentimentos pessoais quanto ao ocorrido, sim, pois via naquele infortúnio marítimo uma rima com suas próprias amarguras. Mas, na escolha dos temas de seus relatos, obedecia a um plano geral: tomar conhecimento daqueles sucessos era instrumental, poderia vir a ser decisivo em horas de crises. Era, como diríamos hoje, matéria de “segurança nacional”:

Conhecer o passado era crucial porque a história, como concebida no século XVII, entendia que os homens, sempre idênticos em suas naturezas, travavam suas lutas em torno de questões recorrentes (Koseleck, 2006, p. 21-60). As lições pertinentes à eficaz atuação na esfera pública se espelhavam no passado, estavam ao alcance dos leitores conscienciosos e dos príncipes prudentes. Toda obra histórica é um manual político, contudo a história recente, menos propícia a mitos, mais ao alcance do rigor e

da exatidão, deve constar na biblioteca dos governantes e de seus ministros, porque, nos assuntos de Estado, para a brisa suave converter-se em tufão, só basta um momento.

Por que tal utilidade urgia na década de 1650?

3. Portugal em apuros

As *Epanaphoras de varia historia Portugueza* trazem dedicatória a D. Afonso VI (1656-1683), rapaz de 17 anos em 1660, posto sob a regência da rainha viúva D. Luísa de Gusmão, em arranjo controverso, pois o rei atingira maioridade aos 14. O escritor torcia pela revogação de seu degredo e remissão da prisão, negada pelo pai de D. Afonso VI, D. João IV. Enquanto “todo Portugal espera de V. Majestade uma redenção”, ele próprio esperava duas: “aquela como Vassalo, esta como afligido” (Melo, 1660, preâmbulo “A El Rei nosso senhor”). O volume saía do prelo em época de apreensão.

Desde o golpe de 1º de dezembro de 1640, o contexto internacional andava convulsionado. Portugal, simultaneamente, achar-se-ia em estado de guerra com a Espanha, a Holanda e a Inglaterra, por motivos ligados a seus domínios ultramarinos, a sua independência e à defesa do princípio monárquico. A Guerra de Restauração com a Espanha – marcada por panfletos enfurecidos, conspirações e sabotagem diplomática, mas cuja ação militar se limitou à Batalha de Montijo (1644), a escaramuças de fronteira e longos períodos de inatividade até 1659 – era a mais preocupante. Ao menos para a corte, pois, temia-se, a eventual invasão de Filipe IV acarretaria o fim da existência autônoma de Portugal e, certamente, a extinção da linhagem ducal de Bragança e de outras casas insurretas (Costa e Cunha, 2008, p. 128 e ss.). O conflito com os Países Baixos punha em risco os pilares ultramarinos do Império Português na América, na África e na Ásia. E o atrito com os ingleses, que se estenderia por quatro anos (1650-1654) dizia respeito ao abrigo dado por D. João IV a membros da dinastia Stuart, foragidos da perseguição imposta por Oliver Cromwell, após a abolição da monarquia, em 1649 (Prestage, 1914, p. 244-246).

Para contrabalançar esta constelação de inimigos, a busca pelo apoio francês, mediante insistentes propostas aos cardeais Richelieu e Mazarino, deu pouco proveito, com Lisboa excluída das tratativas que resultariam nos tratados de Vestfália (1648) e Pireneus (1659). O reino joanino se descobre, passado o entusiasmo de 1640, em alarmante isolamento político, econômico e cultural, em vista do incessante esforço castelhano de barrar-lhes o socorro francês, o casamento inglês (os espanhóis até fariam circular em Londres o boato de que a infanta Catarina era infértil e feia, levanto Carlos II a hesitar nas bodas), a paz com a Holanda e o reconhecimento do Papado. Dada a debilidade das forças lusas, mesmo as vitórias nas Batalhas dos Guararapes (1648 e 1649), em Pernambuco, e a reconquista de Angola (1648), levando à rendição neerlandesa de 1654, não afastaram o perigo (Cardim e Xavier, 2008, p. 34-47).

Sob a pressão do esforço militar no Alentejo e do Minho, da guerra no Brasil, em Angola e no Oriente, e mesmo do bloqueio naval inglês no Tejo, a situação econômica resultou ruínosa naquelas duas décadas. Eram diminutos os contingentes de infantaria e cavalaria arregimentados, todavia o desvio de braços da faina agrícola para as campanhas impactava as colheitas e negócios. As razias na fronteira com a Espanha desorganizavam o cultivo dos cereais e o corso neerlandês capturava para os portos do norte da Europa o influxo de bens coloniais. D. João IV e D. Luísa enfrentarão contestações para fixar novos ou reajustar velhos impostos sobre produtos como o açúcar e o sal, e para taxar rendas, desvalorizar a moeda e levantar empréstimos. A “ladainha dos povos” e os regateios do clero e nobreza contra a exação fiscal se fizeram ouvir nas Cortes e por petições da Casa dos Vinte e Quatro. Sobrevieram agitações populares, como a do Porto contra o tributo do papel selado, em 1660.

A possibilidade de que Castela, após esmagar a revolta da Catalunha (1640-1652) e firmar pazes com Holanda e França, retomasse a ofensiva contra Portugal era assustadora: a economia em frangalhos

não produzia receitas para aparelhar as defesas. Em 1662, quando se celebrou o casamento da infanta Catarina com Carlos II, apesar do júbilo geral pelo goaço diplomático, era constrangedora a penúria dos cofres régios. Depois de raspá-los, a rainha ordenou vender suas joias pessoais, surpreendendo-se quando não apuraram senão decepcionantes 20 mil cruzados. Com muito cascavilhar, apenas conseguiu angariar 7% da entrada de 1 milhão de cruzados acordada para o dote, inteirando-se o restante com açúcares, baixelas de prata e duvidosas notas promissórias. Para amuo de *sir* Edward Montagu, *earl of Sandwich*, despachado a Lisboa para buscar a noiva – a qual os ingleses, entretanto, haviam constatado ser formosa – e o dinheiro (Ramos *et al.*, 2015, p. 295-330; Cardim; Xavier, 2008, p. 113- 117).

Esta coleção de dificuldades econômicas, militares e diplomáticas, estendendo-se por tantos anos, já seria, por si só, atordoante para aquela geração. Mas havia mais. O advento da nova dinastia e seus correligionários, em grande medida nobres secundogênitos ou de casas menores sem tradição governativa, depois de seis décadas de Portugal incorporado à Monarquia Hispânica, era outra inovação a que se adaptar.

Ao cabo, a consolidação da Casa de Bragança atravessou águas quase tão instáveis quanto as da borrasca em que velejavam D. Manoel e D. Francisco, em 1627. Descobriram-se conspirações urdidas por altas figuras da corte e da nobreza para assassinar D. João IV, D. Afonso VI e até o futuro rei D. Pedro II. A alta nobreza majoritariamente residia na Espanha em 1640 e lá permaneceu, apostando as fichas na provável derrota joanina. Os mais prudentes ou menos comprometidos dividiram-se com um pé lá e outro cá, a ver para que lado soprariam os ventos. Nesses vinte anos, sucessivos aristocratas desenganados fugiram para a corte dos Habsburgo, provocando escândalo e desmoralizando as autoridades lisboetas. Enquanto Melo rabiscava as derradeiras linhas das *Epanaphoras*, em 1658, escafedia-se o duque de Aveiro, que D. Luísa faria executar “em efígie” no Rossio, mas que o receptivo Filipe IV nomearia duque de Ciudad Real e capitão general (Cardim; Xavier, 2008, p. 104-106).

Semelhante sangria da elite teria efeito desnorteador, na cultura política do Antigo Regime. Como se não bastassem as defecções, a morte do príncipe herdeiro D. Teodósio, em 1653, e a de D. João IV, em 1656, deixaram o reino sob governo regencial, sempre de força e legitimidade precárias. E, acaso pior, à espera da ascensão de um D. Afonso VI doentio, hemiplégico, não obstante farrista, amigo de mandriões e cujos hábitos sociais e sexuais, considerados inapropriados na corte, alimentavam falatório no paço e nas ruas. A rainha e cortesãos o admoestavam, procurando meter-lhe juízo; em vão. Ao menos é o que sugere o conde de Ericeira que, em sua interpretação favorável ao sucessor D. Pedro II, pinta um ruim retrato do rei destronado em 1668. “A violência dos astros infelizes”, observa, “inclinava de sorte o alvedrio d’El Rey a fugir de todos os caminhos saudáveis” (Meneses, 1698, p. 288).

Da Bahia, onde penava seu exílio (até março de 1658, quando foge de volta para Portugal), D. Francisco acaso avaliava que o temor de nova incursão neerlandesa não desaparecera, e nada impedia que os demais inimigos de Portugal, sobretudo a Espanha, empreendessem também algum ataque a praças coloniais. As economias americanas padeciam, particularmente no norte açucareiro, pelas três décadas de guerras, êxodos populacionais e destruições de engenhos e canaviais.

Na verdade, pouco se sabe das ideias de Melo acerca deste Brasil que, ano e meio antes, rendera os neerlandeses em Recife. “Os problemas de toda ordem”, anota Prestage, “deviam ter interessado profundamente ao observador e político sagaz que era D. Francisco, mas infelizmente a sua estada no Novo Mundo acha-se envolvida em escuridão”. Mais adiante, o biógrafo quase lhe passa reprimenda pelas minguadas linhas dedicadas ao “Paraíso de mulatos, Purgatório de brancos e Inferno de negros”, conforme o título da *Descrição do Brasil*, perdida, que Barbosa Machado lhe atribui (1747, p. 189). O que talvez se explique porque “lhe repugnava a ideia de ir à colônia longínqua e viver entre bárbaros, como é provável que considerasse os brasileiros” (Prestage, 1914, p. 279, 290).

Naqueles fins dos 1650s, o historiador, já de volta ao Reino, cuidava da edição de suas *Epanaphoras* e seguia com atenção as reviravoltas peninsulares, calculando as oportunidades abertas pela regência, mas também o clima lúgubre com que se assistia ao reavivamento da Guerra de Restauração contra a Espanha. Parecem, à distância, anos desorientados, dolorosos de se atravessar. O que, à parte as especificidades lusitanas, não difere do enquadramento geral com que Georges Minois interpretou “o sombrio século XVII”, atordoado pelas transformações que o chacoalhavam, oprimido por um ambiente filosófico pessimista e por uma religiosidade de traços masoquistas (Minois, 2011, p. 185-189).

Considerando a morte de D. João IV e a instabilidade do cenário, D. Francisco arriscara-se a regressar, sem permissão legal. A aposta compensou: embora não fosse formalmente inocentado ou perdoado, não foi molestado pelas autoridades. Pôde voltar a viver em liberdade, gozar de suas propriedades e restabelecer amizades na corte e na nobreza. Trazia do ultramar alguns manuscritos: as *Epanaphoras*, os *Apologos Dialogais* e outros papéis (Prestage, 1914, p. 286). Queria pô-los em circulação. Sua pena tinha bastante que dizer.

4. A armada naufraga, o Melo naufrago e o Portugal naufrago

D. Francisco não terá encontrado sérios empecilhos para reentrar em Portugal, embora se deslocasse cautelosamente, achegando-se aos poucos, ciscando pelas beiradas, fazendo pousio nos Açores, demorando-se no seu senhorio de Espinhel, testando a temperatura, para finalmente pisar em Lisboa. Deu certo. Logo estaria frequentando a *Academia dos Generosos*, prestigioso clube literário. Não nos esqueçamos da dedicatória das *Epanaphoras*, feita a ninguém menos que a El-Rey D. Afonso VI, o que significa boas graças suas com a rainha. Conquistaria a plena reabilitação como homem público com o fim da regência da rainha D. Luísa de Gusmão (1662) e a ascensão do conde de Castelo Melhor, antigo chegado dele e de seu pai, de quem receberia encargos diplomáticos, entre os quais a negociação do casamento régio (Prestage, 1914, p. 327-330).

A publicação das *Epanaphoras*, em meio ao turbilhão do período regencial, pode ser compreendida para além da coleção de curiosos episódios portugueses. Sugere, ao menos em alguns casos, meditações a respeito de sua contemporaneidade, desejo de comentar o presente e de interferir nele, por meio do discurso histórico. No tema da *Tragica*, associa-se não só às desditas pessoais do autor, mas igualmente ao “naufrágio” iminente do reino de Portugal, naqueles 1650s afligidos por tormenta política tão grave, que se duvidava se escaparia inteiriço. O desastre factual, na Biscaia, se desdobrava em naufrágio simbólico, de modo a poder incorporado na experiência coletiva.

Falemos francamente: Melo não explicita o paralelo com todas as letras. Proponho aqui uma leitura, interpretação contextual da narrativa, acrescentando-lhe porventura nova camada de sentido. Não estamos marchando no território do que é positivamente demonstrável, antes tateando indícios em meio à neblina. Lendo o não dito, mas talvez murmurado. Isso também é historiografia. Como diz Febvre, ao detectar o impacto de Erasmo sobre Rabelais: “movemo-nos no domínio das possibilidades, quando muito das probabilidades – não das certezas” (Febvre, 2009, p. 285).

Certeza: a metáfora náutica não era estranha ao abecedário de D. Francisco. Ele costumava vislumbrar os acidentes da vida na linguagem da marinharia e pintar suas tristezas como naufrágios. Na introdução da *Segunda*, já o aponteí, confessa-se um aflito a falar de aflições. O autor – sempre protestando por sua injusta prisão – não está apenas lembrando, mas sublimando sua agonia, sua tormenta pessoal: “Escrevo [...] uma relação de tempestades: porque as que de presente padeço em minha sorte, não me deixam admitir imaginação mais serena: sendo sem dúvida, de maior perigo as injúrias do ânimo, que as da vida” (Melo, 1660, p. 156).

O que o situa para além do mero cronista de episódios passados. Sobrepunha demãos de subjetividade à obra. É história, mas em parte é também biografia, reflexão sobre seu criador: sua vida é o temporal; ele é a armada aos pedaços e submersa, que entretanto aspira a se transformar no comandante inabalável que alcança a praia.

Nas suas cartas do cárcere, D. Francisco emprega amiúde esta comparação para expressar sua dor: “hei padecido tantos *naufrágios* como o mais aventurado *navio dentro do golfo*”, o que Prestage deduz ser alusão à Biscaia ou à Gasconha, conectando a referência à desventura de sua mocidade. Ele gosta da caracterização e volta a ela, como um *leitmotiv*. Anos depois, em outra epístola, descreve-se “um miserável injustamente afligido entre os seus e *náufrago em sua própria pátria*” (Prestage, 1914, p. 206, 226, grifos meus). Creio nele, quando revela que desde muitos anos havia escolhido tematizar o “sucesso lamentável” de 1626. O assunto o assombrava. E o fim dos 1650s terão parecido ótimo momento para o exorcismo.⁸

Cortemos um pouco mais fundo a pele da *Epanaphora Tragica Segunda*. Na sua superfície, a narrativa histórica da tragédia na Biscaia. Abaixo desta primeira película, o discurso confessa uma segunda, simbólica: o gemido do poeta prisioneiro, injustiçado, cuja juventude livre lhe fora arrancada. Seria a última? Ou se esconderia na tessitura uma terceira camada, subcutânea, de carne viva? Debaixo da crosta, um subterrâneo de sentido? Penso que sim. Outro triste gemido, não sobre si, mas sobre sua pátria. Sob a armada náufraga, o Melo náufrago; e, sob o Melo náufrago, o Portugal náufrago.

Portugal náufrago, assolado pelo tufão das guerras com a Espanha e a Holanda, com a França e o Papado dando-lhe as costas e a Inglaterra, possível farol ou porto, vacilante quanto ao seu abrigo. Em pedaços, com seus campos devastados e suas fronteiras inseguras, desmembrado em seu império ultramarino, cujos cacos ia dolorosamente recolhendo. Pirateado nos oceanos, sem tesouro, com forças que só com boa vontade se poderiam chamar de exército. Quase sem rei, com uma nobreza governante neófito, secundogênito, pobre em títulos. Com um povo ameaçando revoltar-se e revoltando-se.

Não teria depreendido D. Francisco na conjuntura outro vendaval em curso, para o qual um novo D. Manoel de Meneses – talvez nas pessoas da rainha, de El-Rey, dos velhos condes de Cantanhede ou de Odemira, do promissor Castelo Melhor ou de outrem que assumisse o leme do Estado – se fazia desesperadamente necessário? Suspeito que procurou instilar esta mensagem na *Tragica*.

Digo-o de outro modo: à parte a questão insolúvel das ocultas pretensões de Melo, penso que a *Segunda* pode ser lida assim. O retrato das naus que zarpam e, desamparadas, se arruínam na borrasca espelha o Reino devorado pelo tumulto daqueles 20 anos de independência e morte. Mas a representação de D. Manoel, dada a firmeza com que se mantém no comando da esquadra desbaratada, até que não reste nada além de seu barco submergindo, faz dele uma espécie de Jó moderno, repaginado às circunstâncias do Portugal marítimo seiscentista: paciência e esperança de sobrevivência, ainda que derrotada e mutilada, face à catástrofe.

5. Uma fofoca indiciária

Impossível atestar as intenções de Melo. No entanto, neste “domínio das possibilidades ou probabilidades” febvriano, há elementos indiciários que nos persuadem a suspeitar da inclinação de D. Francisco em incutir sobrepostas dimensões nas narrativas históricas das *Epanaphoras*.

O arco dramático de um D. Manoel que sustenta terríveis adversidades e, cambaleando à beira do precipício, salva-se – eis um conto propício de se ler no apreensivo Portugal luisino. Se ancorado em episódio histórico real, *verdadeiro porque testemunhado*, como pensava o historiador em sua hierarquia de recursos probatórios, na qual a vista tinha primazia sobre a oitiva e o estudo documental (Oliveira, 2009, p. 60), tanto melhor.

Decerto a Coroa, que no passado tanto recorrera aos dotes retóricos de Melo, terá reconhecido o valor do material que as *Epanaphoras de varia historia Portugueza* divulgavam. O que era mui vantajoso para um condenado ansioso por perdão. Em 1658, sem embargo de suas precauções, D. Francisco em Lisboa era degredado foragido. Poderia acabar condenado à forca ou às galés, pela letra da lei. Todavia em pouco tempo estava transitando livremente pelas ruas e frequentando as mansões respeitáveis da fidalguia. Progressão velocíssima! Admira a boa acolhida que encontrou no paço e, mais ainda, as portas que logo se lhe abririam? Talvez não.

Segundo o historiador oitocentista Álvaro Rodrigues de Azevedo, o escritor regressado à Europa prestou-se a ser cúmplice de uma fraude, engendrada na corte, para garantir o casamento da infanta D. Catarina com Carlos II e o precioso apoio inglês, tão cobiçado pelo Reino para driblar seus apuros. A fofoca é curiosa.

Em 1873, Azevedo editou, em Funchal, o livro II das *Saudades da Terra*, obra em seis volumes do teólogo açoriano Gaspar Frutuoso, concluída em 1590. O tema do livro II é a história da Ilha da Madeira e o volume saiu enriquecido por longas notas. Nelas, Azevedo sublinha erros factuais da *Epanaphora Amorosa Terceira* de D. Francisco, cujo assunto era também a descoberta da Madeira, no começo do século XV. Em particular, Azevedo discorre sobre as fontes de Melo e a versão de que seus primitivos povoadores seriam os amantes ingleses Roberto Machim e Ana de Arfet.

Para o comentador, os erros não eram erros, mas manha: D. Francisco, em conluio com D. Luísa e seus cortesãos, teria concordado em reafirmar a lenda da ancestral primazia inglesa na ilha. A finalidade era, mediante este artifício, diminuir o impacto da eventual cessão da terra a *his majesty* Carlos II, como parte do dote da infanta D. Catarina, caso os ingleses não se satisfizessem com Bombaim, Tânger, o milhão de cruzados e o acesso ao comércio ultramarino luso que a Coroa já se dispusera a franquear. A Madeira, rendoso domínio atlântico, seria a *offer you can't refuse*, a carta na manga da negociação diplomática em Londres.

Azevedo desenterrou mesmo, nos alfarrábios da Câmara de Funchal, o registro em 1660 de uma suposta doação do senhorio da ilha a D. Catarina, assinada quatro anos antes, 1º de novembro de 1656, quando seu pai, D. João IV, estava às vésperas da morte. O historiador franziu a testa ao encontrar despacho tão decisivo inscrito no tombo madeirense com tamanho atraso. E estranhou que o original não existisse mais, apenas sua transcrição nos livros da Câmara. Por que quatro anos de atraso para fazer pública uma doação que D. João IV, agonizado com o mal que o mataria dias depois, fizera questão de firmar? Por que o monarca estaria tão apressado em formalizar a doação em 1656, ao ponto de firmá-la em meio às dores da morte? Mercê paterna, aliás, que nem Ericeira, nem nenhum autor do século XVII menciona.

Farejando a falcaturra, Azevedo considerou o documento outra falsificação de D. Luísa: produzindo-o em 1660, tê-lo-ia antedatado para o reinado de seu marido. Era um truque. Assim, esperava-se, a *Donatio Iohannis* aplacaria o desgaste decorrente da oposição com que seria recebida no império a alienação da Ilha da Madeira, lançando-a na conta do defunto. Queria-se divulgar que a doação ocorrera quando o casamento nem era cogitado, não sendo gesto desesperado da coroa. A manobra ficaria, assim, ocultada: só “por coincidência” a dádiva de 1656 agora favoreceria o projeto nupcial.

O estratagema, se existiu, acabou não sendo posto em prática, pois os ingleses aceitaram o dote sem a Madeira (e a rainha “se esqueceu” de lhes revelar a doação, conservando a ilha para si). Em todo caso, a *Amorosa* e a carta de doação de D. João IV comporiam, para Azevedo, a malandragem de uma *Fake news* do governo para assegurar o matrimônio britânico, o fim do isolamento diplomático e o ansiado respiro à nação (Frutuoso, 1873, p. 384-387).

Prestage (1914, p. 297-298) classificou de “um pouco forçado” o arrazoado de Azevedo. Para ele, Melo cria na história da descoberta por Machim e Arfet e não havia evidências suficientes para as

alegações do comentador oitocentista. Contudo, talvez o grande biógrafo aqui se tenha apressado um tanto na desqualificação.

As suspeitas levantadas quanto à carta de doação e ao *timing* de sua inscrição no tomo funchalense são razoáveis. Muito embora as evidências colhidas não sejam senão circunstanciais, tornando impossível provar a fraude, convém admitir a argumentação de Azevedo como hipótese. E ela irradia novos clarões acerca dos movimentos de Melo sob a regência, ao menos quanto ao sentido do que estava pensando e escrevendo.

Azevedo acusa Melo de haver também fraudulentamente antedatado a redação da *Amorosa* para 1654 (como consta na publicação), quando em verdade a teria composto no calor dos acontecimentos de 1658-1659. Teria empenhado sua fama, a mando da rainha, para disseminar a lenda e acostumar o público ao descobrimento inglês da Madeira, açucarando-o em forma de novela de amor. D. Francisco, à luz de sua precária situação jurídica em Portugal, agiria como *pluma teñida*⁹, penhorando seu talento e, mais grave, sua integridade de historiador em favor da safadeza. "É escrito de estratégia política, não obra histórica", sentencia Azevedo. E conclui:

A doação e a *Epanaphora III* condizem por tal modo no objeto, nas épocas, no intuito, e até no artifício e disfarce, que bem revelam serem ambas obras do mesmo tempo, frutos do mesmo pensamento, expedientes para a mesma crise; identificam-se. – Tanto as *Epanaphoras* acordam com os projetos da rainha, que Melo as dedicou a D. Afonso VI, filho e pupilo dela; e a regente não rejeitou a dedicatória, tão significativa naquela conjuntura. (Frutuoso, 1873, p. 387).

Aos olhos de Azevedo, não só a *Terceira*, mas todas as *Epanaphoras* (ele emprega expressamente o plural) "acordam com os projetos da rainha". A corte estaria fraudando documentos e narrativas históricas para persuadir o público da antiguidade e conveniência da amizade britânica, com vantagens para todos, em nome da consolidação brigantina. Neste passo as desconfianças de Prestage fazem sentido. A denúncia do envolvimento de D. Francisco na patranha se alicerça só nessas coincidências de temas e tempos, sem provas cabais.

Porém – e aqui está o xis da questão –, mesmo que Azevedo se equivoque em parte ou no todo, mesmo sem adulteração e manipulações de Estado, a *Amorosa*, com seus enamorados protagonistas da Velha Albion, continua sendo peça de propaganda da regência, em seu projeto de aliança com os Stuart. Não será demais lembrar que a Inglaterra andava "em pauta" desde a estadia do príncipe Rupert, em 1650, com Lisboa travando relações tanto com a deposta Casa de Stuart quanto com o governo parlamentar de Cromwell. Era provável que a ideia de um casamento ou outra forma de ligação fosse aventada pelos Bragança e pela nobreza anos antes de sua concretização. Seja como for, ainda que Melo tenha composto a *Terceira* em 1654, como declara, e ainda que, como honesto historiador, acreditasse no descobrimento inglês que a relação descreve, seu caráter oportuno e publicístico não se desfaz. Isso – fossem salafrários ou não – ele e a regente terão enxergado com clareza.

A conveniência da *Amorosa* no contexto de 1657-1660 não confirma sua espuriedade, como parece pensar Azevedo, porém ajuda a explicar a gradual reabilitação de Melo, a aceitação da dedicatória a El-Rey e a virtual suspensão de seus embaraços legais. E, ademais, nos deixa enxergar certos componentes de sua estratégia discursiva, o uso da rememoração e da escrita da história em diálogo com as inquietações do tempo presente. Não é preciso reduzi-lo a letrado "chapa-branca" para flagrar nele um apoiador do governo de D. Luísa de Gusmão, sob cujo cetro obteve a liberdade esperada havia quase vinte anos. Quaisquer que fossem suas motivações ao compor a *Terceira*, sua publicação em 1660 foi, por sob o véu literário e historiográfico, um ato político.

6. A visão do mundo inscrita na *Epanaphora Tragica Segunda*

“D. Francisco”, alerta Fraga sobre a *Amorosa* (2009, p. 96), “tem em vista menos a reconstituição de um episódio do que a lição que dele pode extrair para os seus contemporâneos”. Percebo certo exagero: a reconstituição e a lição, em Melo, davam-se os braços, sem que uma se rebaixasse à outra. O rigor na composição de livros como o *Guerra de Cataluña* foi há muito definido (Oliveira, 2009, p. 22-23 e *passim*). Mas, sim, a pedagogia dos episódios ocupava posição central em sua escrita da história.

Talvez seja possível interpretar a *Epanaphora Tragica* nesta chave conjuntural. Não como mera engrenagem de qualquer maquinação para a manipulação dos humores nacionais, senão submetendo a informação histórica exata a uma operação de metaforização, de maneira a convertê-la em substrato de reflexão moral ou política. A *Segunda* revisita um episódio grávido de analogias com o presente, universalizando um fato como parábola – no melhor estilo moralizante ou “curativo” com que, na tradição ciceroniana, se praticava a escrita histórica no século XVII (Clementino, 2022).

D. Francisco nos dá pistas dos motivos que o convenceram, em 1657, a narrar o *Naufragio da Armada Portuguesa em França, Anno 1627*. No preâmbulo “a um amigo” anônimo, escreve:

É verdade, que de muitos anos a esta parte, me dispus a escrever alguns sucessos notáveis da nossa Republica, entre os quais logo elegi o presente; tão por ser nosso, e meu, e se achar em esquecimento, ou desprezo de nossos autores; quanto porque as circunstâncias que nele concorreram, podem ser de grande utilidade à observação de matérias, já Militares, já políticas. (Mello, 1660, p. 156-157).

Fala do esquecimento, da conveniência do relembrar e da utilidade da história. Utilidade para quê? Aqui ele apenas menciona os domínios da política e da militar, deixando ao público a tarefa de concretizar a aplicabilidade. Ao nosso autor, aliás, agrada trabalhar assim e exigir de seu leitor não receptividade passiva, senão a parceria de um espírito pronto a exercitar-se na investigação e a preencher as lacunas do texto. Ao historiador caberia pintar uma espécie de “retrato em palavras”, fidelíssimo, habilitando o leitor-colaborador à decifração do que a história comporta nas entrelinhas.

A *Tragica* não é só ponderação sobre a tibieza dos homens e seus engenhos perante a natureza invencível. É um inventário de “erros”, cujo somatório tornaria a tempestade biscainha ainda mais mortífera, mas que, diante de atitudes sensatas, poderia ter sido minorada. A destruição decorreu de equívocos antigos e recentes. Erraram os castelhanos, ao negligenciar Lisboa como capital imperial, pois as naus ali teriam recebido ordens seguras e aportado com tranquilidade; erraram por terem adotado a iniciativa de desarmar Portugal em terra e mar, deixando-o sem esquadra por décadas, para só reequipá-la às carreiras, quando os neerlandeses capturaram a Bahia, em 1624. Zelo que, ademais, abandonariam após o triunfo de 1625:

Sucedeu às armas portuguesas, que cansadas da viagem, guerra, e volta da restauração da Bahia, foram entregues a tamanho descuido, como se já entre nós, não pudesse haver ocasião de tornar a elas, contra a observação do certíssimo costume das monarquias; que elas (segundo o corpo humano) quanto maiores sejam, estão mais sujeitas à variedade, e corrupção de humores péssimos, de que adoecem, e morrem, como nas passadas se tem visto. (Mello, 1660, p. 174).

Portugal, “um principal membro” da Monarquia Hispânica, fora retido por tanto tempo naquele corpo corrompido, que terminou “tanto como os mais [membros], exposto ao contágio das enfermidades do tempo”. As *Epanaphoras*, está claro, como seria a tônica nos primeiros reinados brigantinos, deploravam a época dos “Reys Castelhanos”, que seriam “relaxados”, desatentos aos negócios públicos

e à conservação do bem-estar de seus domínios. A *Segunda* reiterava a dilapidação promovida pelos Filipes,¹⁰ advertência naqueles 1650s em que as agressões espanholas revivesciam.

A incorporação ao império dos Habsburgo fora deletéria e as autoridades em Madri, "com alguma estudada dissimulação, fomentavam nosso descuido". Não obstante as necessidades de defesa, desguarneciam a armada, desmobilizavam os terços, "não lhe[s] sendo intrinsecamente desagradável, ver desarmados os portugueses" (Melo, 1660, p. 185). Seu legado era um Reino desacostumado à guerra. Não terá semelhante desídia colaborado para a desobediência e imperícia mostrada pelos marinheiros de D. Manoel, em 1626, na escolta da frota da Índia?

Noutro plano, o tom da *Segunda* coincide com o pessimismo que Maravall depreende das obras seiscentistas (Maravall, 2009, p. 247 e ss), porventura ainda mais aflorado no clima de desamparo do Portugal dos anos 1640 e 1650. Ao justificar a *Segunda*, reitera D. Francisco que contaria caso "já não lembrado no mundo", porém que, dada sua "melancólica qualidade", não deveria cair no olvido. Deplorava uma cultura crescentemente desatenta de suas origens e próceres, tópica decadentista do presente indiferente às virtudes que é outro pilar de sua estratégia discursiva.

As observações e máximas que intercala à narração pesam no negro, no cinza, no vermelho. O sofrimento ronda por toda parte, não como casualidade, senão como regra, arruinando os empreendimentos. "As desgraças", pondera Melo, "são sombras inseparáveis dos homens". A injustiça assola e aguilha sem descanso. Revela-o a trajetória do próprio autor, alegadamente um inocente condenado; a do protagonista, D. Manoel, "nas matérias náuticas [...] mais sábio que todos os homens", todavia obrigado a lançar-se no olho da tormenta pela burrice alheia; os tantos figurantes no enredo, marujos sem nome, afogados; e as tribulações de personagens secundários, como o conde da Castanheira, D. Antônio de Ataíde, antecessor de D. Manoel como general da armada, acusado injustamente, em 1622, de ter se omitido no socorro de uma nau portuguesa sob ataque, o que lhe acarretaria perda de seus cargos e desonra¹¹ (Melo, 1660, p. 171-172).

Convém não confiar na natureza. O próprio mar é pintado como "desleal", causador de dissabores, e a fortuna, ali, se manifesta mais daninha do que em terra. Tal entidade, em Melo, é sobretudo má: as marés que invoca são de azares, contra grandes e pequenos, mas contra os grandes com maior calamidade, redobrando sua virulência na proporção do poderio dos que ela quer destruir. Estão todos indefesos.

Em meio a tantos erros e infelicidades, o que mais parece ferir Melo é o fato de que a tragédia era evitável. Não obstante a majestade traiçoeira do oceano e a crueldade da fortuna, ao cabo, é a loucura humana que incita suas desgraças.

As naus da frota da Índia, bem como a armada de Portugal que a escoltava, estavam em segurança, nos portos do Ferrol e La Coruña. Era dezembro, ventos adversos sopravam. O conhecimento náutico já estabelecera que "naqueles meses, se não pode navegar para Lisboa, sem evidente perigo". Que aguardassem por melhores monções. Porém o que significavam essas prevenções para os gananciosos, para os que ansiavam por desembarcar sua carga na beira do Tejo, revendendo-a com lucro? A tripulação, na calada da noite, votou pela partida e deixou La Coruña contraordens expressas, crente de que em breve aportaria em Portugal.

Quando a sentinela avisou ao general que as naus deixavam o porto, o velho não pode crer nesta "extravagante viagem". Por um tempo suspeitou "que era engano, e confusão de gente bisonha". Não era. "A cobiça", medita D. Francisco, "tendo presente, o que deseja, nunca se acovarda, em procurar seu logro, à custa dos maiores inconvenientes". As milhares de vidas perdidas e o milionário prejuízo foram provocados pelo desatino. A fortuna, por malévola que seja, tem sua operação facilitada pelos idiotas. As decisões de ignorar a cadeia de comando e navegar com tamanho desaviso "foram enxadas, que lhe abriram em meio das águas, miserável sepultura". D. Manoel (forçado a seguir, por dever de seu

posto, as demais embarcações, caso contrário se desonraria) já içando as velas, despacha carta ao rei, prenunciando o desastre: “por seguir a estes cegos, vou perder-me” (Melo, 1660, p. 223-232). Rabisca mais outras a alguns amigos, despedindo-se.

A lição era clara: que Portugal, erguendo-se para defender sua independência da Espanha, não a ignorasse.

7. Conclusão: o herói possível

Retornemos à pergunta: qual a pertinência desta interpretação contextual? Há apenas indícios. Um dos mais explícitos é que Melo não pretendia somente relatar o naufrágio, mas, sobretudo, usá-lo:

Secas, e infrutíferas se podem chamar aquelas Histórias, das quais se não tira outro fruto, que a precisa narração dos sucessos delas, e ao contrário utilíssimas, e deleitáveis aquelas, que sem perder o fio dos acontecimentos propostos, nos levam por tal caminho, que juntamente chegamos ao fim da informação dos sucessos, e ao da compreensão de várias matérias, que com a história delas, fazem harmonia. (Melo, 1660, p. 214).

Mobilizar as águas agitadas do antigo afogamento para mapear novas águas e, se possível, preveni-las e, se impossível, suportá-las, com a fortitude de quem recita versos em meio à tempestade.

A aprendizagem mais proveitosa virá de seu protagonista. À primeira vista, é escolha inusitada. D. Manoel não escolta a frota para Lisboa, como deveria. Em La Coruña, é achacado por ministros corruptos e feito de besta por uma tripulação que não apreciava seus modos rígidos e temperamento casmurro. Não salvou quase ninguém e “o vulgo que só julga pela lei dos sucessos, em parte culpava a D. Manoel”. El Rey se recusou a recebê-lo por meses. Tinha planos, pretendia viver para seus livros e ensinar matemática aos jovens, mas, desgostoso, morreria no ano seguinte, acometido de “flatos hipocondrícos” (Melo, 1660, p. 266).

Este líder fracassado é o herói da história. O herói possível, diante do mundo hostil concebido por D. Francisco. Uma vez exposto o naufrágio, a narrativa encerra-se biografando-o e, passados trinta anos, desagrandando-o. Nosso autor o resgata do esquecimento para exibi-lo como inesperado modelo a sua geração em apuros. Excêntrica inspiração? Talvez nem tanto.

Melo não cede a idealizações, sublinha seus tropeços, todavia o retrata como admirável homem de letras e de armas, espelho não só para Portugal, mas para toda a Europa. Matemático educado pelos maiores sábios do tempo, fiel historiador, poeta mais ou menos, navegador inigualável. E saudoso mestre, “porque já naquele tempo, ele me tratava como discípulo, já o ajudava a dispor alguns papéis, e anotar-lhe as notícias, que continham” (Melo, 1660, p. 268).

Definitivamente não era homem sem derrotas. Servira ao Reino desde a revolta do Prior do Crato, nos começos dos 1580s, quando apoiara a causa perdida deste contra Filipe II. Bom militar, adequou-se ao novo regime. Comandara sob os Áustrias diversas esquadras lusitanas, enfrentando maus tempos e corsários sem conta, às vezes com bom resultado, às vezes afundando, arribando, salvando-se, vendo-se caluniado e restabelecendo seu nome mais de uma vez. Quando imaginava aposentar-se, foi convocado para comandar a armada lusa que ia recuperar a Bahia, em 1624-1625: saiu vitorioso, enaltecido em livros e panfletos. À volta, contaria a jornada em um manuscrito que, revelando bastidores inconvenientes, acabaria vetado pelas autoridades madrilenas, permanecendo manuscrito até o século XIX (Schwartz, 1991, p. 740). Era notório o seu hábito de redigir papéis “muito mais conformes com a verdade, que com a política”, sem temer desagradar (Melo, 1660, p. 269). Seu derradeiro posto seria o de general vencido pela tormenta de 1627. Sobreviveu, porém não teve tempo para nova redenção.

O herói possível. O herói seiscentista, falível, de feição trágica. Por isso não concordo com Fraga: D. Francisco não subordina a história à lição, ele harmoniza uma e outra, extrai da história a lição possível, a metáfora útil, embora imperfeita. D. Manoel não é Amadis de Gaula nem Rolando, é o herói real, o que está à mão. Ao menos é assim na *Tragica*. Os tantos fracassos na vida, sob o pincel de D. Francisco, não o apequenam, antes o humanizam, aproximando-o daqueles 1650s também feridos por múltiplos reveses. Aliás, não eram malogros de sua incompetência, como prova a desdita na Biscaia, eram males a ele infligidos por forças que o superavam. Toda a sua perícia não era capaz de remediar o ataque combinado da fúria da natureza e da sandice humana.

Todavia seu valor subsiste. Sua presença em uma expedição, apesar de tudo, infundia confiança. Quando D. Fradique de Toledo “levou em socorro da Bahia o General Dom Manoel de Meneses, [...] esse foi o primeiro anúncio da vitória” (Melo, 1660, p. 173). Daí imortalizá-lo a *Epanaphora Segunda* no gesto de estudar o poema de Lope de Vega, como se não existissem temporal nem mortes, como se a capitânia prestes a ser tragada pelo oceano fosse “uma serena academia”. Porque, para ele, era.

É significativo que a narrativa termine aclamando-o “um dos grandes homens, que deu Portugal, de muitos tempos a esta parte”. A revisitação da sua memória era, sim, um gesto de desagravo, compensando “aquele amor, com que se faltou a sua vida”. Tributo tardio de um discípulo. Mas, para além da redenção *in memoriam*, a *Tragica* comportava este velado aviso de consolo. A tempestade dos seus dias era real. Não se via o porto nem o Sol. Alguns perdiam o tino e pulavam do navio. Haveria ruínas, não poucos submergiriam. Porém os que mantivessem a fortaleza alcançariam, a seu tempo, a terra firme.

Referências

- AMADO, Maria Tereza. O pensamento histórico de D. Francisco Manuel de Melo. *Penelope – fazer e desfazer a história*, n. 9-10, 1993, p. 189-195.
- CARDIM, Pedro; XAVIER, Ângela B. D. *Afonso VI*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- CLEMENTINO, Kleber. *A narrativa como combate: a escrita da história da Guerra Holandesa no século XVII*. Recife: EDUFPE, 2022.
- COSTA, L. F.; CUNHA, Mafalda S. da. *D. João IV*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- DARNTON, R. História da Leitura. In BURKE, P. (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992 [1986], p. 199-236.
- DOMINGUES, F. Contente; GUERREIRO, Inácio. Antônio de Ataíde, capitão-mor da armada da Índia de 1611. In DOMINGUES, Contente (Org.); BARRETO, L. Filipe (Org.). *A Abertura do Mundo: estudos de história dos descobrimentos europeus em homenagem a Luís de Albuquerque*. Vol. II. Lisboa: Ed. Presença, 1987, p. 51-72.
- FRAGA, Maria do Céu. Um historiador esquisito: a *Epanaphora Amorosa* de D. Francisco Manuel de Melo. *Península – Ver. de Estudos Ibéricos*, n. 6, 2009, p. 93-100.
- FEBVRE, Lucian. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FRUTUOSO, Gaspar (Autor); AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de (Ed.). *As saudades da terra*. Funchal: Typ. Funchalense, 1873.
- KAGAN, Richard. *Los cronistas y la corona*. Madri: Marcial Pons, 2010.
- KOSELECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- MARAVALL, José Antônio. *A cultura do barroco*. São Paulo: Edusp, 2009.

MEGIANI, Ana P. Escritos breves para circular: relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna (sécs. XV-XVII). *Varia historia*, v. 35, n. 68, mai./ago. 2019, p. 535-563.

MINOIS, G. *A idade de ouro: história da busca da felicidade*. São Paulo: Unesp, 2011.

MOREIRA, Tomás L'Abbate. Tommaso Campanella: pensador da Monarquia Hispânica na virada do séc. XVI ao XVII. In MEGIANI, Ana Paula & MIRANDA, Marcella. *Cultura política e artes de governar na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Porto: Cravo Editora, 2022, p. 329-343.

OLIVEIRA, Antônio de. D. Francisco Manuel de Melo – historiador. *Península – Revista de Estudos Ibéricos*, n. 6, 2009, p. 17-60.

PRESTAGE, Edgar. D. Francisco Manuel de Mello: esboço biográfico. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. The Voyage of the Vassals: royal power, noble obligations, and merchant capital before the Portuguese restoration of independence, 1624-1640. *The American Historical Review*, Oxford, v. 96, n. 3, Jun. 1991.

SOUZA, Laura de Mello e. *Uma Alcácer-Quibir no mar: o império luso-espanhol e o grande naufrágio de 1627 na costa francesa (no prelo)*.

Fontes

ABREU, Francisco de (pseud. FARIA, Manuel Severim de). *Relação universal do que succedeo em Portugal, & mais provincias do Occidente, & Oriente, desde mes de Março de 625. até todo Setembro de 626*. Braga: Imprensa por Fructuoso Lourenço de Basto, 1627.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Cronologica*. Tomo II. Lisboa: Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1747.

FREYRE, Francisco de Brito. *Relação da viagem que fez ao Estado do Brazil a Armada da Companhia*, ano 1655. Lisboa: Na Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1657.

MELO, Francisco Manuel de. *Epanaphoras de varia historia portugueza a El Rey Nosso Senhor D. Afonso VI em cinco relaçoens de sucessos pertencentes a este Reyno*. Lisboa: na Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1660.

MELO, Francisco Manuel de. *Sylva Funebre en la muerte de Don Manuel de Menezes. In Discursos. E papeis varios. Manuscritos. Proza, e versos propios*. Biblioteca Nacional de Portugal, cód. 7644, 1648, fls. 201 e ss.

MENESES, Luís de (conde de Ericeira). *Historia de Portugal Restaurado*. Vol. II. Lisboa: Na Officina de Miguel Deslandes, 1698

MENESES, Manoel de. *Relacion de la perdida de la Armada de Portugal del Año 1626*. Que hizo, y firmò de su nombre D. Manoel de Meneses Capitan General de ella. Lisboa: por Pedro Crasbeeck, impressor del Rey, 1627.

Notas

¹Dedico este artigo à professora Laura de Mello e Souza, que o inspirou.

²Pouco antes, em novembro de 1625, Cádiz fora ameaçada por uma esquadra inglesa enviada pelo duque de Buckingham desde Plymouth, com beneplácito de Carlos I (1625-1649). O ataque, porém, malograra-se (Faria, 1627, fl. 23; Prestage, 1914, p. 40).

³Uma segunda edição, póstuma, sairia em 1676.

⁴Dispomos, desde o século XVII, dos relatos de Meneses e Melo. Edgar Prestage o revisitou em sua biografia de D. Francisco (Prestage, 1914, p. 41 e ss). Mais recentemente, Laura de Mello e Souza retrança o episódio, sob novo olhar (Souza, 2024). Agradeço à autora pela gentil cessão de seu manuscrito no prelo.

⁵Nas “Licenças” do livro, anota Antônio de Souza de Macedo que “para aprovação dessas Relações, bastava serem escritas por D. Francisco Manuel” (Melo, 1660, “Licenças” não paginadas). Francisco de Brito Freyre, listando a gente que conduzia em sua armada para o Brasil, em 1655, destaca “D. Francisco Manuel de Mello, sujeito conhecido da nossa e das nações estrangeiras” (Freyre, 1657, p. 10).

⁶Segundo Prestage (1914, p. 55-56), fazem parte da coleção de seus primeiros versos, de data não definida, mas de fins dos anos 1620 e inícios dos 1630.

⁷Para uma investigação acerca desses conceitos, aplicados à Monarquia Hispânica por Campanella, sugiro o capítulo de Tomás L'Abbate Moreira (2022, p. 329-343).

⁸Um interessante debate sobre a noção de “escrita da experiência” pode ser encontrado no capítulo de R. Darnton para a obra de Burke (1992, p. 199-236).

⁹Autores que disseminavam ideias favoráveis à Coroa espanhola, particularmente sob Olivares (Kagan, 2010, p. 312-340).

¹⁰Não obstante D. Francisco elogie Filipe IV como justo e clemente, quando ouve o Conselho de Portugal (Mello, 1660, p. 222-223).

¹¹Castanheira chegou a ser preso na Cadeia do Limoeiro. Todavia, o injustiçado acabou declarado sem culpa pelo tribunal e Filipe IV, a título de compensação, fê-lo primeiro conde de Castro Daire, em 1625 (Domingues; Guerreiro, 1987, p. 53).

Submetido em: 15/03/2024

Aceito em: 20/08/2024